



Repensando o ser índio com os Guarani e Kaiowá hoje

Autora: Joana Moncau

2º Semestre/2012

Introdução

De acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas no Brasil, representando um total de 0,4% da população. São 305 etnias e 274 línguas indígenas espalhadas pelo território nacional.

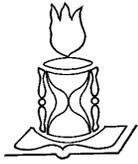
O senso comum sobre esse segmento da população, entretanto, alimenta uma noção platônica de identidade e cultura. Ou seja, os indígenas apenas são reconhecidos pela população em geral enquanto tal, quando idênticos a um modelo previamente dado (de cultura, valores, regras, etc.). Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha,

Há dois modos básicos de se entender a noção de cultura e de identidade. O primeiro, a que poderíamos chamar, por simples conveniência, de *platônico*, percebe a identidade e a cultura como *coisas*. A identidade consistiria em, pelo menos, como um horizonte almejado, ser *idêntica* a um modelo, e supõe assim uma essência; enquanto a cultura seria um conjunto de itens, regras, valores, posições etc. previamente dados. Como alternativa a esta perspectiva, pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória. A cultura não seria, nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gerá-los em sistemas. (CUNHA, 2009, p. 259)

As imagens divulgadas sobre os indígenas na mídia em geral, e mesmo nos livros didáticos, reforçam tal ideário e perpetuam, quase sempre, a figura de um indígena amazônico, genérico – e com terra. Soma-se a essa imagem a noção de indígena primitivista, um povo que ficou parado no tempo. O indígena, para muitos, ainda é aquele que avistou as caravelas de Cabral, em 1500.

Essa noção platônica, como o próprio termo explicita, não corresponde à realidade. Ainda, cada vez mais a ofusca deixando maquiado um Brasil indígena diverso e de culturas vivas.

Os indígenas amazônicos, que, em certa medida, coincidem com esse indígena platônico forjado, sequer são maioria. Aqueles que vivem fora da região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso e



Maranhão) já representam mais de 50% do total da população indígena no país. Outro dado que confronta esse modelo de indígena é o fato de apenas 57,7% deles viverem em terras indígenas. A grande maioria dos indígenas que está fora dessas terras são justamente os não-amazônicos. Enquanto os indígenas amazônicos ocupam mais de 98% das terras indígenas existentes, os demais, ainda que representem maioria, ocupam menos de 2% dessas terras.

O desconhecimento sobre o mundo indígena é duplamente nocivo. Além de privar o país de uma de suas maiores riquezas culturais e materiais, tal processo de invisibilização desses povos, tem sido usado contra eles em uma série de litígios, especialmente o territorial. Como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha,

No século XVI, os índios eram ou *bons selvagens* para uso na filosofia moral europeia, ou abomináveis antropófagos para uso na colônia. No século XIX, eram, quando extintos, os símbolos nobres do Brasil independente e, quando de carne e osso, os ferozes obstáculos à penetração que convinha precisamente extinguir. Hoje, eles são, seja os puros paladinos da natureza seja os inimigos internos, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia. (CUNHA, 2010, p. 261)

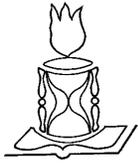
Não só, enquanto esse senso comum não mudar, para aceder aos direitos que conquistaram após anos (séculos) de embate, os indígenas se verão impelidos a exibir sua *indianidade* tal como a concebe, sem nenhum senso da história, a população não indígena (CUNHA, 2009).

O livro do antropólogo Spensy Pimentel “O Índio que mora na nossa cabeça” (2012) trata exatamente dessas questões. O livro é voltado a auxiliar alunos e professores na compreensão dos povos indígenas.

(...) O que, nós, antropólogos, temos observado é que os maiores obstáculos que os brasileiros enfrentam para entender os índios não estão naquilo que eles não sabem, e sim naquilo que pensam que sabem sobre os índios (PIMENTEL, 2012, p. 11)

Mas no fim das contas o que é ser “índio”? Ou melhor, como desconstruir esse “Índio que mora na nossa cabeça”, conforme intitula seu livro o antropólogo acima citado.

O povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul será o ponto de partida para desenvolver esse debate. Afinal, como vive o maior povo indígena não amazônico do país? Longe de representarem qualquer imagem que possa ser atribuída a esse modelo de indígena genérico e amplamente difundida (para o bem, paladinos da natureza, ou para o



mau, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia), vivem em condição de miséria, e o preconceito que sofrem além de desmedido é, literalmente, letal.

Tentaremos abordar de forma sucinta alguns dos efeitos desse preconceito para, por fim, entender que, a despeito de toda essa situação adversa, preservam sua identidade e guardam conhecimento e cultura valiosos.

Os Guarani e Kaiowá

Os Guarani espalham-se pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Em nosso país, é reconhecida a presença de três parcialidades guarani: Mbyá, Nhandeva e Kaiowá, todas elas com presença também no Paraguai.

O povo Guarani e Kaiowá é composto por falantes da língua Kaiowá e da Nhandeva, da família tupi-guarani, tronco tupi (MONTSERRAT, 1992). Os Mbyá estão basicamente nos estados do Sul; os Nhandeva encontram-se entre Paraná e Santa Catarina, o sul de MS e o interior de São Paulo. Grupos de Mbyá e Nhandeva coabitam o litoral entre São Paulo e Espírito Santo, para onde se deslocaram entre meados do século XIX e início do XX. Já os Kaiowá são, hoje, exclusivos do sul de MS (PIMENTEL, 2006, p.6)

Atualmente, os Guarani e Kaiowá são o maior povo indígena não amazônico e somam mais de 43 mil pessoas (atrás apenas do grupo amazônico dos Tikúna, com 46 mil pessoas). Esse povo está confinado em pequenas “ilhas” de terra que, juntas, equivalem a pouco mais que 42 mil hectares – compare-se com o 1,7 milhão de hectares da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde vivem 20 mil pessoas. Mato Grosso do Sul é o segundo estado com maior população indígena, perdendo apenas para o Amazonas. É também um dos estados em que a presença do agronegócio se consolidou com muita força nas últimas décadas e a pressão sobre as terras indígenas é grande.

Um pouco da história recente

Presentes na região onde hoje é o estado do Mato Grosso do Sul desde antes da época da colonização, ainda hoje, os Guarani e Kaiowá tem acesso apenas às mesmas Terras Indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), encabeçado por Marechal Rondon, na década de 1920.

A Constituição de 1988 passou a considerar a terra indígena como um direito originário pelo artigo 231, neste então, as reservas indígenas eram demarcadas de forma totalmente aleatória. Assim, a localização de várias das 8 reservas demarcadas pelo SPI até



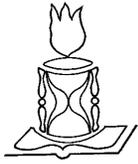
1928, não consideravam os lugares onde as pessoas mais velhas moravam antes da chegada dos colonizadores e acabava por afastar indígenas com laços familiares e por aproximar indígenas que não tinham nenhuma relação.

Como aponta em sua tese de mestrado o antropólogo Spensy Pimentel, o critério utilizado pelo SPI se devia ao fato de serem acampamentos ou locais de concentração de índios a serviço da Cia. Matte Laranjeiras, para quem a maioria dos indígenas trabalhava no esquema de “escravidão do barracão”. A Companhia manteve monopólio absoluto na região até 1940, quando se esgotou grande parte dos ervais nativos e se fortaleceu a política de colonização da região, com a “Marcha para o oeste”, levada a cabo pelo então presidente Getúlio Vargas.

O processo de colonização da região Sul do Mato Grosso do Sul ocorreu com mais força entre os anos 40 e 70. É o período identificado pelos Kaiowá como “esparramação”, que ainda exerce consequência no momento histórico atual para esses índios. Progressivamente, à medida que as propriedades eram abertas – desmatadas e equipadas para a pecuária e a monocultura de grãos -, os índios eram enviados para as áreas demarcadas pelo SPI, para a beira da estrada, ou expulsos para a área do Paraguai fronteira com o Brasil. Logo, nos anos 80, as 8 áreas do SPI, antes minimamente suficiente para sustentar pequenos grupos, até algumas centenas de pessoas, estavam superlotadas.

Além disso, a expansão do agronegócio influi muito na organização desses grupos: interfere no ambiente, delimita propriedades, impõe ou proíbe deslocamentos (Pimentel, 2006). Os Guarani e Kaiowá que não aceitaram a imposição do SPI forçaram a demarcação dos hoje chamados *tekoha*, reconhecidos pelo estado brasileiro como Terras Indígenas. Essas áreas, em oposição às reservas indígenas impostas pelo SPI, correspondem às terras ancestrais dos grupos à frente de cada uma das retomadas.

Apesar do prazo de cinco anos que a Carta Magna determinou para o processo de demarcação das terras indígenas no país - expirado em 1993 -, até hoje ele não está completamente finalizado, especialmente no Centro-Sul e no Nordeste. Também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo governo brasileiro em 2002, prevê que o governo garanta o direito de posse aos povos originários das terras que tradicionalmente ocupam. Em resposta a esse direito constituído, em 2007, o Ministério Público Federal pressionou a FUNAI a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) comprometendo-se a finalizar o processo de demarcação no estado do MS até abril de 2010.



Em julho de 2008, a FUNAI publicou seis portarias para instalação de grupos de trabalho responsáveis pela confecção de relatórios de identificação de cerca de 38 terras indígenas em 26 municípios da região sul do estado. Desde então, os ânimos dos poderosos locais do MS permanecem acirrados e os Guarani e Kaiowá, com muita frequência, passaram a estar em destaque na imprensa sul-mato-grossense.

Muito pouco se avançou nas demarcações de terras indígenas no MS de 2007 até meados do ano de 2012. Os relatórios de identificação e delimitação das terras indígenas (primeiras etapas da demarcação), que, segundo previsto pelo TAC, deveriam ser finalizados até junho de 2009, enfrentam dificuldades para serem desenvolvidos e ainda estão em processo de realização. Atualmente são 53 áreas indígenas em diversos estágios de estudo e demarcação.

O povo Guarani e Kaiowá não assiste passivo a esse processo e, em 2011, o Conselho Indígena Missionário já contabilizava cerca de 30 acampamentos desse povo para pressionar a demarcação de terras. Muitos desses grupos deixam as populosas reservas para acamparem e viverem em situação de total vulnerabilidade, muitas vezes à beira das estradas separados, por uma cerca, da área que reivindicam como seu *tekoha*. Desde a década de 1980 se organizam na Aty Guasu (grande assembleia, em guarani), que reúne diversas lideranças empenhadas nessa luta.

Povo da terra, sem terra: alguns sintomas

Sem possibilidade de viver da coleta, caça ou plantio; acossados por fazendas de soja, gado e cana, encontram-se constantemente em situação de adversidade. Sintomas desse ambiente desfavorável são os problemas apontados nos mais diversos relatórios sobre esse povo.

O relatório “Violência contra os povos Indígenas no Brasil”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com dados referentes a 2011, indica para esse ano uma taxa de homicídio entre os Guarani e Kaiowá de 100 por 100 mil pessoas, taxa quatro vezes maior que a nacional. Ocorreram ali 62,7% dos assassinatos registrados entre indígenas em todo o país – foram 32, dos 51 anotados em 2011, sendo 27 deles de Guarani e Kaiowá. Grande parte deles são conflitos entre as famílias indígenas, acentuados pela escassez de recursos e comida, mas há também vários crimes de perseguição política. Como o recente caso do cacique Nísio Gomes, morto após ataque de homens armados à terra tradicional retomada pela comunidade de Guaiviry, em novembro de 2011.



Também há alto índice de suicídios, principalmente entre jovens. Só em 2011, os Guarani e Kaiowá foram responsáveis por 13 casos, dos 26 registrados entre a população indígena de todo o país. O que equivale a uma taxa de mortalidade por suicídio de 32,5/100.000. Para a Organização Mundial da Saúde, um índice de 12,5 mortes por 100.000 pessoas já é considerado muito alto. Desde 1981, o número de suicídios entre esse povo já atingiu a trágica marca de 1 mil.

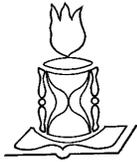
A ofensiva racista

Com tudo isso, é de se imaginar que esse povo não coincida em nada com o modelo de indígena forjado no imaginário nacional. Dada a sua localização geográfica, não podem representar “instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia”, mas nem por isso deixam de serem considerados inimigos internos. Localizados no MS, um dos estados responsável pela maior produção de soja do país, são visto por muitos como ameaça ao desenvolvimento. Seja na disputa fundiária, seja no preconceito que a sociedade branca em geral apresenta em relação a eles no cotidiano, são tratados quase sempre com forte racismo anti-indígena.

A terra é, sem dúvida, o ponto nevrálgico da discussão em torno dos Guarani e Kaiowá. Uma vez que os direitos reconhecidos aos índios já estão bastante consolidados, a arma a que recorrem contra eles nessa luta é eliminar o sujeito desses direitos. Não são índios, estão “aculturados”, são “índios paraguaios”, afirmam muitos sobre integrantes desse povo, recorrendo, muitas vezes, a essa imagem platônica do índio puro paladino da natureza para defender tais teses absurdas.

No início de 2008, após a FUNAI retomar o processo de demarcação, o conflito entre indígenas e ruralistas tornou-se ainda mais evidente e direto. O principal jornal da região de Dourados o indicava: estampado na capa uma foto da proprietária de uma terra em disputa e fundadora da ONG Recovê, Roseli Ruiz, usando a bandeira do Brasil como manto. A manchete: “Fazendeiros declaram guerra aos índios”.

Para essa situação tensa, atentou relatório da ONU sobre os povos indígenas no Brasil, lançado em agosto de 2009. Nele, o relator especial James Anaya, que visitou o estado do MS, afirma que o conflito pela terra neste estado merece destaque. Alarmado pelos absurdos da violência contra o povo Guarani e Kaiowá relata que esta população indígena “sofre pela falta de acesso a suas terras tradicionais, pela extrema pobreza e problemas sociais disso decorrentes; deflagrando em uma situação de violência que é



marcada pelo grande número de indígenas assassinados, bem como pela perseguição criminal aos indígenas que lutam por esse direito”.

O problema, entretanto, é minimizado pelo próprio governador do MS, André Puccinelli (PMDB). Em abril de 2009, após reunião com representantes do Governo Federal para debater a situação das demarcações no estado, Puccinelli afirmou que os indígenas do MS “não querem tanta terra como a Funai quer dar a eles. Os índios querem menos terra e mais programas sociais que estamos levando para as aldeias”. Em nome de muitos Guaranis, Edite de Souza, sobrinha de Marçal de Souza, morto por lutar pela terra de seu povo, responde em entrevista: “É mentira do governador! Ele não faz reunião com os indígenas, como é que ele vai saber se nós queremos ou não a terra? Nós queremos a terra!”¹.

De fato a querem, e Puccinelli não o desconhece. Tanto é que, poucos meses depois desta afirmação, em julho de 2009, enviou ofício ao Ministério da Justiça reiterando a necessidade de participação do estado do MS nos processos de demarcação de terras. O tom de ameaça, caso as demarcações das terras indígenas continuassem como previsto pela Funai, é evidente: “Muitas vidas (de índios e não-índios), possível e infelizmente, poderão se perder, tendo em vista o inevitável conflito que se estabelecerá entre os envolvidos”. O vice-governador, Jerson Domingos, foi na ocasião ainda mais enfático, anunciou que, para este caso, haverá um “banho de sangue”.

Em novembro de 2012 veio a público pelo Wikileaks o telegrama datado de 21 de maio de 2009 endereçado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos pelo Consulado de São Paulo. Em matéria publicada na Agência Pública, apresentam o relato da visita do cônsul-geral e de sua equipe ao Mato Grosso do Sul. O telegrama revela que a ideia de que os Guarani-Kaiowá poderão ter mais terras demarcadas é vista com desdém pelas autoridades locais. “O governador Puccinelli zombou da ideia de que a terra, num estado como o Mato Grosso do Sul, cuja principal atividade econômica é a agricultura, poderia ser retirada das mãos dos produtores que a cultivam há décadas para devolvê-la aos grupos indígenas”, lê-se. Não bastasse: “Autoridades municipais e estaduais perguntaram como os índios dali reivindicavam ser índios, se eles ‘usam carros, tênis, drogas’. Eles reclamaram dos subsídios públicos dados aos índios, afirmando que eles deveriam ‘aprender a trabalhar como qualquer um’”, relata ainda o telegrama.

¹ Entrevista realizada pela autora em 2009, em SP, por ocasião

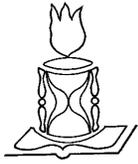


Faceta mais refinada da luta contra as demarcações de terras indígenas é a “teoria da conspiração”, alimentada pela grande imprensa. Prova disso são os dois artigos de Denis Lerrer Rosenfield publicados no O Estado de São Paulo ao longo do ano de 2009. Em “Nação Guarani”, sobre a Grande Campanha Guarani lançada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com apoio internacional e cujo mote é a integração dos povos Guarani, Rosenfield faz um alerta para “a enormidade do que se está tramando”. E continua: “Provavelmente pensam, no futuro, em expulsar todos os brancos e negros, europeus, africanos e asiáticos, que deram, pela miscigenação, a face deste nosso Brasil!”. O segundo artigo, “Assuntos Fundiários”, como o próprio nome deixa evidente, faz menção à questão das demarcações, no mesmo tom de Puccinelli, o autor sugere que as populações indígenas do Brasil não carecem de tanta terra, uma vez que são relativamente poucos e já possuem 14% do território nacional. “A rigor, faltaria índio para tanta terra. A ideologia, porém, impede ver a realidade”, conclui.

Este tipo de especulação sobre teorias conspiratórias já é chavão entre entidades como a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), a ONG Recovê, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como demonstram em inúmeros artigos publicados e em declarações à imprensa, para eles, como para Rosenfield, a grande carência dos indígenas não passaria pela terra, essa seria uma demanda incitada por organizações que manipulam o discurso indígena (quando não, estimulam e acobertam “paraguaios a se passarem por indígenas”, como já denunciou uma vez ao governo do estado a ONG Recovê) em prol de um motivo maior, como o Cimi, as ONGs “internacionais” – sempre elas - e a própria Funai.

Segundo o Procurador da República de Dourados, Marco Antonio Delfino, “Há entre a população sul-mato-grossense uma postura claramente anti-indígena. É possível ver faixas e adesivos espalhados: “Alimento sim! Demarcação não!”, ou seja, prevalece a falsa ideia de que demarcação e produção estão em polos opostos. E isso, infelizmente, é dito pelo governador do estado, passando pelos deputados, pelos veículos de comunicação”².

Essa não é a única distorção empreendida pelos setores conservadores sobre o processo de demarcação de terras. A matéria “Uma flechada em MS: Quais os interesses existentes por trás da proposta que visa transformar 30% de Mato Grosso do Sul numa grande reserva indígena”, publicada em 2008 pela *Isto é Dinheiro Rural*, dá o tom do temor equivocado que se espalha deliberadamente entre os latifundiários



e a população sul-mato-grossense. Ao contrário do que o alarmismo de alguns latifundiários quer fazer crer, as terras reivindicadas pelas demarcações em processo nos 26 municípios do MS, segundo o próprio presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Carlos Cardoso, que afirmou em artigo “Terras guarani em MS: uma questão humanitária”, não deve exceder os 600 mil hectares, ou seja, 1,7% do território do estado.

A discriminação racial é tão comum que mesmo figuras públicas não têm nenhum pudor em externá-la. Em março de 2008, foi aprovado na Câmara Municipal de Iguatemi (MS), por exemplo, o pedido de um vereador para que “intervenham junto à Funai para resolver o problema das residências ilegais dos diversos indígenas na cidade”. “Tal indicação se faz necessária”, dizia o pedido, tendo em vista que os indígenas “vivem embriagados, vivendo da coleta e sobras de lixo”. E continuava: “É uma vergonha para nossa cidade deixar esta situação exposta aos olhos de futuros investidores e empresários”.

Outro caso emblemático de racismo anti-indígena foi o artigo publicado pelo advogado Isaac Barros, em 2008, no maior jornal da região de Dourados. Intitulado “Índios e Retrocesso” o texto levou o Ministério Público Federal a ajuizar ação criminal por racismo e ação por danos morais contra o autor, que se refere aos índios como “bugrada”. O artigo afirma que os índios “se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes” e ainda os chama de “malandros e vadios”. O processo ainda esta tramitando, e a reparação pelo dano moral pode exceder R\$ 30 milhões.

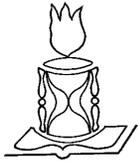
Esses são apenas alguns exemplos de uma situação vivida cotidianamente pelos Guarani e Kaiowá no MS.

Estado do agronegócio: o deserto verde da cana e da soja

As plantações de soja e cana despontam no estado do Mato Grosso do Sul. Juntas ocupam mais de 2,3 milhões de hectares do estado. Em 2012, a plantação de soja ocupou mais de 550 mil hectares. Com forte incentivo do governo federal o setor sucroalcooleiro foi o que mais cresceu no estado nesse ano.

O crescente número de usinas tem demandado uma área cada vez maior de cana. Como grande parte delas vem se instalando nas regiões sudeste e sul do Estado, onde se concentram os territórios Guarani, a atividade sucroalcooleira acabou impulsionando a produção de matéria-prima em fazendas que incidem sobre terras indígenas. (REPÓRTER BRASIL, 2012, p. 8)

² Entrevista concedida à autora em 2009



A soja é outra cultura que tem se expandido no MS. Em 2012, ocupava 1,8 milhões de hectares.

Por ser uma cultura consolidada há mais tempo na região sudoeste do Mato Grosso do Sul, a soja também é mais presente em áreas indígenas do que a cana. Desta forma, seus impactos são maiores nas populações indígenas, em especial os ligados à contaminação de cursos d'água por pesticidas, danos à saúde, mortandade de animais e danos às roças causados pela fumigação aérea de herbicidas, tráfego de caminhões pesados nas áreas das aldeias, entre outros. Também é maior o número de conflitos envolvendo produtores de soja, como demonstrado nos estudos de caso apresentados neste relatório. (REPÓRTER BRASIL, 2012, p. 8)

Com tudo isso, a pressão sobre as terras indígenas, não é pouca.

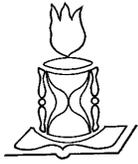
Terra, luta e identidade indígena: o depoimento de uma liderança

“Os brancos muitas vezes se perguntam: por que os indígenas passam fome, miséria, ficam sujeitos a bala o tempo todo? Por que que isso não faz com que o índio corra, já que pode morrer a qualquer momento?”³, o antropólogo Guarani-Kaiowá Tônico Benites, que como ele mesmo diz, vive “nesses dois mundos”, o dos brancos e os do indígenas, consegue traduzir bem a dificuldade de um Karáí, como chamam aos brancos, em compreender a decisão de uma família de trocar a segurança de uma reserva indígenas pelas incertezas e ameaças de um acampamento de retomada.

“Quando um indígena está na reserva, está no lugar inadequado, não está bem nem espiritualmente, nem fisicamente. O tempo todo dizem: 'Não estamos bem porque não estamos na área a que pertencemos, estamos fora do lugar'. Então isso é uma doença incurável”, explica o antropólogo, que ao longo de sua vida já participou de 4 retomadas em área de conflito, inclusive a da sua área tradicional, a do Jaguapiré, a primeira retomada pelos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, na década de 1980.

“O medo você sente sim, mas você está nessa condição de honrar e essa sensação de pertencimento ao território é muito mais forte. Nas retomadas que participei, fomos despejados, massacrados, torturados, queimados, mas nada disso apaga ou é mais forte que o sentimento de felicidade de retornar a um território que esta povoado por um espírito de seu antepassado. Isso eu sentia e até hoje eu sinto. Isso é forte, isso ninguém te tira quando te ataca. Isso dificulta a considerar o medo, porque gera coragem. E é muita honra sentir que você está cumprindo sua missão de vida como Guarani”.

³ Entrevista concedida à autora em 2010



E prossegue: “O rezador é um intermediador com esses espíritos. Quando chega uma mensagem do antepassado, nesse momento a questão judiciária e as ameaças passam a ser secundárias. Nesse retorno, você já sai preparado para ir desconhecendo a dor e a morte. Você está indo lá para duas coisas: ficar lá, seja vivo ou morto. Se algum de nós morrer, é dolorido, mas tem que acontecer. Se não acontecer, é porque não era para acontecer, mas a chance de que aconteça sempre é grande. É isso que faz com que continue a acontecer esse tipo de ocupação”.

“Nesse momento são fundamentais as pessoas com experiência, que já passaram por isso, que já morreram por isso, que já foram espancadas por isso”. “Quando estão na escuridão, uma pessoa que já passou por essa experiência de honrar dignamente o compromisso e de encontrar com o antepassado no território, é que consegue aproximar a força do espírito. O rezador, por exemplo, que já consegue evocar o espírito do antepassado, é que faz com que as pessoas realmente sintam o que significa se reencontrar com o antepassado”.

“Além disso, é importante contar para o não-índio, para o Ministério Público Federal, a Funai, a Polícia Federal. É interessante nessa trajetória da liderança que, ao contar e fazer uma denúncia, nós sabemos que o não-índio jamais vai sentir de modo igual. Ele consegue se sensibilizar com o fato de não termos comida, de passarmos fome, mas o que diz respeito à nossa missão, esse sentimento dificilmente é compartilhado. Também nesses momentos é importante aquela pessoa que já passou por isso. Por exemplo, quando estou em Brasília ou no Rio de Janeiro, e recebo um telefonema: 'nós estamos aqui voltando a encontrar com nossos antepassados', então eu sinto tudo o que isso gera: ameaça, cercamento de pistoleiros, uma série de violências, eu entendo e sinto exatamente o que a pessoa está sentindo”.

“Hoje há esse tipo de conectividade, de ligarem de uma retomada e denunciarem as ameaças que quase simultaneamente são publicadas na internet, é uma experiência nova que está sendo útil, tanto para o bem como para o mau. Porque antigamente, em 1980, por exemplo, as retomadas só vinham a público depois de até 6 meses, quando a comunidade já estava bem instalada. Hoje não, meia hora depois que a comunidade entrou no território já está na internet “o índio invadiu”. Isso é negativo, quando sabem que estamos fazendo mobilização de retorno, se juntam mais rápido, e em meia hora podem juntar muitas



peças para atacar. Mas o mesmo recurso está sendo usado para divulgar o contrário, e a parte positiva é que o órgão policial às vezes age muito mais rápido para nos ajudar”.

O depoimento de Tonico Benites elucida como as retomadas de terras estão carregadas de cultura indígena e como são, também, uma forma de realizá-la. Além disso, Benites deixa evidente a importância da tecnologia para tal, demonstrando como a tradição indígena convive e se relaciona com o mundo moderno. Trata-se de uma cultura viva. Os índios não são, estão, qualquer essencialismo é enganoso. “A posição das populações indígenas dependerá de suas próprias escolhas, de políticas gerais do Brasil e até da comunidade internacional” (CUNHA, 2010, p. 261).

Para além da falta de acesso à terra, que impede a realização de diversos aspectos da cultura Guarani e Kaiowá, como muitos grupos indígenas do país, também entre eles surgem grupos de rap, os indígenas usam internet, assistem televisão, falam em seus celulares, vão às compras na cidade, dirigem carros, recorrem a tratores, usam roupas modernas, acedem às universidades e rezam com seus mbaraká durante as retomadas de suas terras ancestrais.

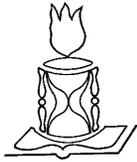
Conclusão: mas afinal, o que é ser índio?

Aqui optamos por explicar a situação do povo Guarani e Kaiowá, entretanto, a reflexão proposta se estende aos demais povos do país também. É preciso ceifar o racismo anti-indígena e o silêncio sobre esses povos. Conforme já apontado, essa é uma prática extremamente nociva para os povos indígenas e, podendo se converter em arma na luta contra eles, também se converte em arma na luta contra nossa sociedade.

Afinal, como bem lembrou Manuela Carneiro da Cunha,

As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos. O Brasil, como vários países do hemisfério sul, é biologicamente rico. Mas, mais do que a maioria dos países, é rico também em populações que conservam e desenvolvem conhecimentos sobre as espécies vivas. O que parecia pobreza, o pequeno número de indivíduos em cada sociedade indígena, a ênfase na diversidade de produtos e na exploração ampla dos recursos em vez de uma agricultura centrada em poucas espécies, revela-se agora um trunfo. (CUNHA, 2010, 271)

Conhecer a diversidade dos povos indígenas, desconstruir o modelo de indígena disseminado há tempos pelo senso comum em nossa sociedade e atentar para a real situação desses povos é fundamental para pensar uma sociedade que compreenda as populações tradicionais.



O que está em causa, na realidade, é o modelo que o país deseja para si mesmo e o papel das populações indígenas nesse modelo. Temos hoje, no Brasil, a possibilidade de estabelecer um planejamento estratégico que beneficia o país e abre espaço para um papel importante das populações tradicionais da Amazônia, populações que até agora sempre foram relegadas a um plano secundário, quando não, vistas como obstáculos. (Cunha, 2009, p.270)

Ampliando a formulação de Cunha para as populações indígenas não amazônicas, as salas de aula, sem dúvida, podem ser importante espaço para a reflexão sobre a importância das culturas indígenas para o Brasil.

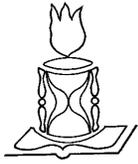
Talvez fique de fundo a questão mais ampla: o que diferencia um índio de um não-índio, no final das contas? A pergunta é pertinente e, sobretudo, política. As respostas variaram conforme a época, os governos, as pressões da sociedade civil, ou seja, conforme a conjuntura política.

No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a preocupação do governo era em definir quem era e quem não era índio para livrar-se de uma série de obrigações com os “índios” e liberar comunidades, ou mais, territórios inteiros, para o “mercado”, como explicou o antropólogo Viveiro de Castro. Nessa época, havia escalas de indianização, por assim dizer. Dos índios “puros” e isolados, àqueles que deixavam de ser índio, se emancipavam e se integravam à sociedade como cidadãos brasileiros: o Estado lavava suas mãos.

O problema da época, muito ao contrário de qualquer “emergência”, era a submergência das etnias, era o problema das etnias submergentes, daqueles coletivos que estavam seguindo, por força das circunstâncias (isto é um eufemismo), uma trajetória histórica de afastamento de suas referências indígenas, e de quem, com esse pretexto, o governo queria se livrar: “Esse pessoal não é mais índio, nós lavamos as mãos. Não temos nada a ver com isso. Liberem-se as terras deles para o mercado; deixem-nos negociarem sua força de trabalho no mercado”. Nosso objetivo político e teórico, como antropólogos, era estabelecer definitivamente – não o conseguimos; mas acho que um dia vamos chegar lá – que índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. (CASTRO, 2006, p.2)

No período seguinte, com a Constituição de 1988, o conceito de “índio” se expande para o de comunidades indígenas. Interrompe-se nesse marco um processo de desindianização, como o denomina Viveiro. Afinal, muitas comunidades em contato com a “civilização” desde muito, não tinham deixado jamais de ser indígenas, como acreditavam antes que aconteceria.

Pois bem. Foi a partir desse momento que se acelerou a “emergência” de comunidades indígenas que estavam submersas por várias razões: porque tinham sido ensinadas a não dizer mais que eram indígenas, ou ensinadas a dizer que não eram mais indígenas; porque tinham sido colocadas em um



liquidificador político-religioso, um moedor cultural que misturara etnias, línguas, povos, regiões e religiões, para produzir uma massa homogênea capaz de servir de “população”, isto é, de sujeito (no sentido de súdito) do Estado. Como se sabe, as antigas missões que estão na origem de tantas cidades, vilas, vilarejos e arraiais do interior do Brasil foram os lugares privilegiados dessa fabricação do componente indígena do “povo brasileiro”, ao sintetizar os célebres índios genéricos, os índios de aldeamento, catecúmenos do sacramento estatal da transubstanciação étnica: a comunhão nacional... A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a “ser” índio – isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio – podia ser interessante. Converter, reverter, perverter ou subverter o dispositivo de sujeição armado desde a Conquista de modo a torná-lo dispositivo de subjetivação; deixar de sofrer a própria indianidade e passar a gozá-la. Uma gigantesca ab-reação coletiva, para usarmos velhos termos psicanalíticos. Uma carnavalização étnica. O retorno do recalco nacional. (CASTRO, 2006, p.4)

Como disse o antropólogo Viveiro de Castro: “Só é índio quem se garante”. Segundo esse antropólogo, “no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. A afirmação parece irônica, mas tem um sentido profundo e complexo.

O método mais utilizado para reconhecer a ‘indigenidade’ é a autodeclaração. Mas isso não quer dizer que basta alguém se dizer índio ou querer ser índio para que seja reconhecido enquanto tal. É preciso se garantir. Ou seja, é preciso que também os indígenas de determinada comunidade reconheçam determinado indivíduo como indígena. Assim, só um índio pode garantir que outro também o seja.

Parafraseando o antropólogo Spensy Pimentel, é preciso reinventar o índio que mora na nossa cabeça.

Referências

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify. 2009.

IBGE (Brasil).(2012). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010, Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*

PIMENTEL, Spensy Kmitta. (2006). *Sansões e Guaxos: Suicídio Guarani e Kaiowá – Uma Proposta de Síntese. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.*



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

_____ (2012) O índio que mora na nossa cabeça. São Paulo: Prumo.

PIMENTEL, Spensy; MONCAU, Joana. 2009. "O genocídio surreal dos Guarani-Kaiowá". In Revista Caros Amigos.

PIMENTEL, Spensy; BONDENMÜLLE, Luiza. (2012) "WikiLeaks: Governador de MS "zombou" de pedido de terra para os Guarani-Kaiowá", no site da Agência Pública

CASTRO, Viveiros de. (2006). No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. São Paulo. ISA.
http://piib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf

ONG REPÓRTER BRASIL (2012). Em Terras Alheias.
<http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi) (2012). "Violência contra os povos indígenas no Brasil - 2011"